

Gravidez na adolescente está cada vez mais frequente

O número de internações hospitalares por gestação ou parto entre meninas de 10 a 19 anos quase dobrou entre 1995 e 2003, mostrando que a gravidez na adolescência tem aumentado significativamente nos últimos anos no Distrito Federal. Passou de 4.838 para 8.900, segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), coletados em 2006. De acordo com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal o número cresceu nos anos seguintes.

A maternidade já corresponde a mais de 55% das causas de internações de mulheres nessa faixa etária. Os números estão compilados em uma dissertação de mestrado da Universidade de Brasília (UnB) que avaliou o atendimento à saúde dos adolescentes no DF. De acordo com a pesquisa, a principal demanda dos jovens é justamente por informações sobre sexualidade e planejamento familiar.

O estudo *Atenção básica à saúde do adolescente: análise do trabalho desenvolvido na unidade básica do Paranoá*, defendido na pós-graduação em Ciências da Saúde no segundo semestre de 2006, foi orientado pela professora do Departamento de Enfermagem Jane Dytz. De acordo com a enfermeira Ana Socorro, a autora do trabalho, políticas de saúde voltadas para esse público são essenciais no processo de aprendizagem e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e gravidez precoce, pois assim os adolescentes se tornam co-participantes e responsáveis na promoção social da saúde.

— Eles entram na vida sexual sem conhecer o próprio organismo. As meninas não sabem nem quando estão ovulando — afirma Ana Socorro.

Essas políticas só passaram a ser oferecidas no DF em meados dos anos 1990. Antes disso, indivíduos dessa faixa etária ficavam sem cuidados específicos.

— A criança ia ao pediatra até

mais ou menos os 12 anos e só voltava ao ginecologista por volta dos 18 anos. Ou seja, havia uma lacuna na atenção à saúde que precisava ser preenchida — relembra a enfermeira.

Segundo ela, em julho de 2007, existem 16 locais com atendimento ao adolescente em funcionamento no DF, todos vinculados à Secretaria de Saúde (SES) do governo distrital. Tais unidades ficam localizadas em 15 das 29 regiões administrativas que compõem o DF.

Para efeitos de pesquisa, a análise de Ana se concentrou apenas no núcleo do Paranoá. Além de ter sido uma das primeiras regiões administrativas a adotar a política de saúde voltada para os adolescentes, o Paranoá é a segunda em número de jovens no Distrito Federal, com 35% são de sua população entre 10 e 24 anos de idade.

Isso equivale a 19.863 pessoas, sem contar aquelas que vivem em assentamentos surgidos nos últimos anos em áreas próximas. Na cidade, funciona o Programa de Atenção Integral à Saúde do Adolescente (Praia) no Centro de Saúde nº 1. Segundo a enfermeira, o local é um referencial para os adolescentes da região, que costumam buscar ajuda e acolhimento.

De acordo com a pesquisa realizada em 2005, dois terços dos jovens que buscam o programa não estão com problemas de saúde, mas sim à procura de orientações. Os assuntos mais demandados se referem a planejamento familiar (30,2%), que abrange informações sobre sexualidade e prevenção da gravidez; relacionamento com família e namoro (27,4%); auto-estima e afetividade (16,4%); DST/Aids (9,5%); drogas e perfurações no corpo conhecidas como piercings (5,4%). Também havia dúvidas sobre diferenças entre as relações de gênero, preconceito e política.



Ana Socorro: a criança ia ao pediatra até 12 anos e só voltava ao ginecologista lá pelos 18 anos

■ Relação com a família está na origem dos problemas

O relacionamento com pais, mães, irmãos e outros membros da família é apontado como a principal dificuldade enfrentada por 50% dos jovens. De modo geral, isso não chega a ser uma surpresa, já que esse tipo de conflito familiar é comum na adolescência.

Perguntados sobre quais problemas de saúde eles haviam apresentado nos últimos seis meses, 16,7% deles responderam algo relacionado à ginecologia (menstruação desregulada, caroço no seio, DST) e 11,9% à clínica médica (dor na coluna, micose, depressão). Os outros 71,4% não tiveram a saúde afetada nos meses anteriores à pesquisa, embora frequentassem o Praia.

O fato de muitos adolescentes não terem tido problemas de saúde reforça a ideia de que eles querem receber educação sexual, segundo a pesquisadora. Ela reitera que eles precisam de orientação a respeito do assunto. Por exemplo, para a maioria dos participantes, a distribuição de camisinha e de pílulas anticoncepcionais não é encarada como uma questão de saúde.

— Os adolescentes entendem isso como parte do protocolo seguido pela equipe do Praia, o que levanta a suspeita de que eles não vêem importância em se cuidar — avalia.

Apesar de desenvolver um papel fundamental na orientação dos jovens do Paranoá, o Praia enfrenta dificuldades. Não há uma

Pesquisadora afirma que jovens não só precisam, mas querem receber educação sexual

definição clara de metas a serem alcançadas nem são estabelecidos parâmetros de avaliação, o que dificultou muito a realização do estudo da UnB.

Além disso, existem dificuldades de ordem estrutural de atendimento ao adolescente: o espaço é insuficiente frente à crescente demanda da comunidade, os recursos materiais

oriundos da SES são escassos e não há hebeatas (médicos especializados em saúde do adolescente) atendendo no local.

Os encontros no Praia acontecem sempre às quartas-feiras pela manhã e à tarde. Os adolescentes sentam-se em círculo e propõem temas para a discussão conduzida pelos profissionais de saúde. Ao final, cada participante comenta a informação nova que aprendeu e os que têm interesse recebem preservativos e pílulas anticoncepcionais. Só então, é aberto um espaço para marcação de consultas. Ali, há atendimento em obstetrícia, clínica médica (que abrange DST), enfermagem, assistência social e com agentes de saúde, totalizando oito profissionais em atividade no programa.

Para avaliar os trabalhos do Praia, Ana levantou documentos oficiais e fez entrevistas com 42 adolescentes com idades entre 14 e 18 anos escolhidos aleatoriamente no projeto. Ela também conversou com gestores de saúde ligados ao governo do Distrito Federal, com os oito profissionais do programa do Paranoá e com um especialista que acompanhou a implementação da política de atenção à saúde dos adolescentes no DF. (André Ribeiro/UnB Agência)